

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	52
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	53
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	54
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	55
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.338.756
Preferenciais	450.655
Total	7.789.411
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	25.620	28.847	30.646
1.01	Ativo Circulante	6.875	5.896	10.523
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554	2.521	244
1.01.03	Contas a Receber	1.532	514	7.294
1.01.03.01	Clientes	1.532	514	7.294
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.579	1.791	1.211
1.01.07	Despesas Antecipadas	88	531	609
1.01.07.01	Despesas do Exercício Seguinte	88	531	609
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	122	539	1.165
1.01.08.03	Outros	122	539	1.165
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Fornecedores	77	124	384
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Funcionários	0	1	171
1.01.08.03.03	Outros Créditos	45	414	610
1.02	Ativo Não Circulante	18.745	22.951	20.123
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.774	4.410	1.594
1.02.01.04	Contas a Receber	4.371	4.371	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.371	4.371	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	21
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	21
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	1.493
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	1.493
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.403	39	80
1.02.01.10.03	Outros Créditos	54	39	80
1.02.01.10.04	Ativo mantido para Venda	1.349	0	0
1.02.03	Imobilizado	3.157	6.114	5.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.157	6.114	5.397
1.02.04	Intangível	9.814	12.427	13.132
1.02.04.01	Intangíveis	9.814	12.427	13.132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	25.620	28.847	30.646
2.01	Passivo Circulante	12.015	14.356	17.015
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.123	1.801	2.106
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.123	1.801	2.106
2.01.01.02.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.123	1.801	2.106
2.01.02	Fornecedores	2.182	2.829	3.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.182	2.829	3.570
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.753	7.085	5.917
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.460	5.285	3.564
2.01.03.01.05	Obrigações Tributárias	3.399	2.893	2.660
2.01.03.01.06	Parcelamentos Federais	960	1.506	432
2.01.03.01.07	Parcelamentos Previdenciários	1.101	886	472
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	782	1.173	1.535
2.01.03.02.01	Parcelamento ICMS	131	170	1.326
2.01.03.02.02	ICMS a Pagar	651	1.003	209
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	511	627	818
2.01.03.03.01	Obrigações Municipais	123	277	669
2.01.03.03.02	Parcelamento Municipal	388	350	149
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.214	1.949	5.299
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.214	1.949	5.299
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.214	1.949	5.299
2.01.05	Outras Obrigações	743	692	123
2.01.05.02	Outros	743	692	123
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	285	692	123
2.01.05.02.05	Arrendamento Mercantil	458	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	8.555	9.830	7.198
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.674	895	4.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.674	895	4.033
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.674	895	4.033

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02.02	Outras Obrigações	5.533	6.233	3.095
2.02.02.02	Outros	5.533	6.233	3.095
2.02.02.02.03	IR e Contribuição Social Diferidos	99	200	389
2.02.02.02.04	Parcelamento ICMS	105	141	0
2.02.02.02.05	Parcelamentos Federais	1.733	1.671	1.276
2.02.02.02.06	Parcelamentos Previdenciários	2.518	2.298	1.403
2.02.02.02.07	Parcelamento Municipal	189	503	26
2.02.02.02.08	Outras Obrigacoes	0	0	1
2.02.02.02.09	Arrendamento Mercantil	889	1.420	0
2.02.04	Provisões	71	76	70
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	71	76	70
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	71	76	70
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.277	2.626	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.277	2.626	0
2.03	Patrimônio Líquido	5.050	4.661	6.433
2.03.01	Capital Social Realizado	55.246	55.090	55.090
2.03.02	Reservas de Capital	13.127	13.127	4.205
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12.977	12.977	4.055
2.03.02.07	Reserva de Capital	150	150	150
2.03.03	Reservas de Reavaliação	193	209	216
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	193	209	216
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-63.516	-63.765	-53.295
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	217

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.578	11.628	17.535
3.01.01	Receita Bruta de Venda e/ou Serviços	18.647	15.540	19.836
3.01.02	Deduções da Receita	-2.069	-3.912	-2.301
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.595	-11.270	-8.457
3.03	Resultado Bruto	4.983	358	9.078
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.763	-8.169	-2.992
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.197	-2.129	-1.154
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.572	-4.386	-2.940
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-2.676	-4.029	-2.480
3.04.02.02	Honorários dos Administradores	-896	-357	-460
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.006	-1.654	1.102
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.220	-7.811	6.086
3.06	Resultado Financeiro	-987	-3.052	-3.461
3.06.01	Receitas Financeiras	-27	342	301
3.06.02	Despesas Financeiras	-960	-3.394	-3.762
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	233	-10.863	2.625
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-591
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	233	-10.863	2.034
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	233	-10.863	2.034

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	233	-10.863	2.034
4.03	Resultado Abrangente do Período	233	-10.863	2.034

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.802	5.142	6.201
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.474	-3.914	3.903
6.01.01.01	Prejuízo (Lucro) do Exercício	233	-10.863	2.034
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.208	2.985	1.702
6.01.01.04	Baixa IR e CS diferidos sobre realização dos ajustes de Avaliação Patrimonial	-101	0	167
6.01.01.05	Juros Bancários	247	3.007	0
6.01.01.06	Provisão para Crédito de liquidação duvidosa	-53	957	0
6.01.01.07	Juros sobre parcelamentos tributários	122	0	0
6.01.01.08	Juros sobre arrendamento	84	0	0
6.01.01.10	Baixas do ativo imobilizado e intangível	734	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.672	9.056	2.298
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-965	2.409	-1.271
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	212	-580	288
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	47	260	471
6.01.02.04	Outras Contas a Receber	370	366	-68
6.01.02.05	Despesas do Exercício Seguinte	443	78	-74
6.01.02.06	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0	2
6.01.02.07	Outros Créditos	-15	41	0
6.01.02.08	Fornecedores	-647	-741	1.441
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-678	-305	-730
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher	-522	3.075	2.428
6.01.02.11	Outras Contas a Pagar	117	569	4
6.01.02.12	IRPJ e CSSL diferidos	0	-168	-169
6.01.02.13	Provisão para Contingências	-5	6	6
6.01.02.15	Outros Creditos	0	0	-30
6.01.02.16	Arrendamento Mercantil	-680	1.420	0
6.01.02.17	Receita Diferida	-1.349	2.626	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-722	-2.996	-7.573
6.02.01	Imobilizado	-38	-2.641	-23

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.02.02	Intangível	-684	-355	-7.550
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-47	131	1.364
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	-11
6.03.02	Aumento de Capital em Dinheiro	156	0	0
6.03.03	Adiantamento para Futuro de Aumento de Capital	0	8.922	4.055
6.03.04	Partes Relacionadas	0	0	-2.680
6.03.07	Captação de Empréstimos e Financiamento	1.689	612	0
6.03.08	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-1.892	-9.403	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.033	2.277	-8
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.521	244	252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.554	2.521	244

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.090	150	0	-63.765	13.186	4.661
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.090	150	0	-63.765	13.186	4.661
5.04	Transações de Capital com os Sócios	156	0	0	0	0	156
5.04.01	Aumentos de Capital	156	0	0	0	0	156
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	233	0	233
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	233	0	233
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	16	-16	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	16	-16	0
5.07	Saldos Finais	55.246	150	0	-63.516	13.170	5.050

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.090	150	0	-53.295	4.488	6.433
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.090	150	0	-53.295	4.488	6.433
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	8.922	8.922
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.863	0	-10.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.863	0	-10.863
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	393	-224	169
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	7	-7	0
5.06.04	Realização dos Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	217	-217	0
5.06.05	Realização IR e	0	0	0	169	0	169
5.07	Saldos Finais	55.090	150	0	-63.765	13.186	4.661

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	55.090	150	0	-55.826	763	177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	55.090	150	0	-55.826	763	177
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	4.055	4.055
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	0	0	0	0	4.055	4.055
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.034	0	2.034
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.034	0	2.034
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	497	-330	167
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	5	-5	0
5.06.04	Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	325	-325	0
5.06.05	Realização IR e CS Diferidos sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	167	0	167
5.07	Saldos Finais	55.090	150	0	-53.295	4.488	6.433

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	18.105	11.785	21.008
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.046	13.383	19.836
7.01.02	Outras Receitas	1.006	-1.602	1.160
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	53	4	12
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.651	-7.605	-7.372
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.646	-6.643	-7.354
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5	-962	-18
7.03	Valor Adicionado Bruto	11.454	4.180	13.636
7.04	Retenções	-4.208	-3.084	-1.648
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.208	-3.084	-1.648
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.246	1.096	11.988
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27	343	301
7.06.02	Receitas Financeiras	27	343	301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.273	1.439	12.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.273	1.439	12.289
7.08.01	Pessoal	5.504	6.981	3.940
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.644	5.816	3.094
7.08.01.02	Benefícios	660	793	452
7.08.01.03	F.G.T.S.	200	372	394
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	490	1.891	2.375
7.08.02.01	Federais	411	1.429	1.720
7.08.02.02	Estaduais	0	14	206
7.08.02.03	Municipais	79	448	449
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.046	3.430	3.940
7.08.03.01	Juros	453	2.536	2.995
7.08.03.02	Aluguéis	82	-18	118
7.08.03.03	Outras	511	912	827
7.08.03.03.01	Outras despesas financeiras	511	912	827
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	233	-10.863	2.034

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	233	-10.863	2.034



DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

Companhia Aberta

CNPJ: 03.303.999/0001-36

NIRE: 41 3 0001789-1

Relatório da Administração

2020



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Petrelli Netto

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho

João Elísio Ferraz de Campos

Mônica Molina

Norton Paim Moreira

DIRETORIA

Aryovaldo Mazzi Netto

Diretor Presidente, Diretor Adm., Financ. e de Relações com Investidores

Caled Omar Fares

Diretor Comercial

Cristiane de Fátima Fialla

Contadora – CRC/PR 2017/00002375

**Aos Senhores Acionistas,**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários

("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

1. Quem Somos

Para evoluir, é preciso mudar.
 Para mudar, é preciso agir.
 E para agir corretamente, é preciso enxergar.

Com o objetivo de avançar, a DTCOM começou uma jornada única em busca da essência do olhar para dentro, para si. A procura do entender-se para crescer com foco no que fazemos bem.

Como enxergamos bem?
 Com transparência, controle e comunicação.

Como agimos bem?
 Tendo pessoas, cultura e ferramentas adequadas.

Como mudamos?
 Com objetivos definidos e foco em resultados.

DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO). A DTCOM também oferece soluções de tecnologia e conectividade (Teleporto) com gravação de vídeos, conteúdo, transmissão via satélite ou internet, TV corporativa, permitindo aos seus clientes compartilhar conteúdo com seus colaboradores e alunos.



Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional.



2. Onde atuamos

Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo.

3. Estrutura Societária

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.246 mil (R\$ 55.090 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Atualmente 97,61% do Capital Social da Companhia está concentrada nas mãos dos controladores.

4. Performance no mercado de ações

A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3. Em 31 de dezembro de 2020 haviam 185.908 ações ordinárias em circulação no mercado, correspondentes a 2,39% do capital social da Companhia.

5. Conselho de Administração - CA

É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem sempre que necessário.

6. Diretoria

É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio.

Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "ad judicium", não poderá ser superior a 1 (um) ano.

7. Desempenho econômico-financeiro

A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizares do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto.

Ainda quando o mercado estava carente de modelos referenciais, a Dtcom inicia suas atividades com proposta ousada e inovadora, promover educação corporativa à distância através da união de duas tecnologias: satélite e internet. O projeto só foi possível em razão do perfil visionários de seus acionistas, pois os desafios eram imensos. A tecnologia de satélite exigiria um investimento de grandes proporções, com capacidade suficiente para atender à crescente demanda que se vislumbrava. Na outra ponta, a tecnologia de internet ainda era muito incipiente no mercado nacional, tendo, portanto, que assumir papel coadjuvante para não comprometer a qualidade e crescimento do negócio.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

	31 de Dezembro		
	2020	2019	2018
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social realizado (nota 13a)	55.246	55.090	55.090
Reserva de capital	150	150	150
Reserva de reavaliação (nota 13b)	193	209	216
Ajustes de Avaliação Patrimonial			217
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 11)	12.977	12.977	4.055
Ativo mantido para venda (terreno)	1.451		
Prejuízos acumulados	(63.516)	(63.765)	(53.295)
Total do patrimônio líquido	6.501	4.661	6.433

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro.

Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.



Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2020 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

A retomada dos diversos setores e a volta gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino desenham um novo normal para a vida dos brasileiros. Um esforço em conjuntos se faz necessário para que as adaptações sejam feitas e o futuro continue sendo construído a partir de agora. Sem dúvida, a educação faz parte dessa construção.

Com a pandemia da Covid-19, do dia para a noite, milhões de estudantes e centenas de milhares de professores tiveram que se adaptar às aulas remotas. Diante do atual cenário, percebe-se que a educação a distância tem sido a principal alternativa para manter os estudos mesmo na quarentena.

Sem aulas presenciais, as instituições de ensino precisaram adotar a educação a distância (EAD) como meio para dar continuidade às aulas, seja nas escolas de ensino básico, fundamental e médio, escolas de ensino superior, como faculdades.

Podemos dizer que esta é uma boa opção frente ao cenário de pandemia que estamos vivendo no momento, onde não sabemos quando as coisas vão voltar ao normal. Porém, nem todos os estudantes do país possuem acesso a computadores e internet de qualidade.

De acordo com o Censo da Educação Superior, feito pelo Inep, pela primeira vez na história, o número de vagas ofertadas para os cursos universitários a distância foi maior do que as vagas ofertadas nos cursos presenciais - 7,1 milhões contra 6,3 milhões.

A DTCOM continua acreditando no mercado, que combina resiliência, oportunidades de crescimento e tem se mostrado um dos setores defensivos no ambiente da pandemia da Covid-19. Reforçamos nosso foco nos colaboradores, clientes, responsabilidade social e agilidade em um cenário de pandemia, e estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor. Reforçamos o monitoramento das necessidades de caixa com o objetivo de preservar a liquidez.

8. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55) (41)3671-9000, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou cristiane@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor

9. Recursos Humanos

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização.

A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores.

A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios.



10. Relacionamento com Auditores Independentes

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a DTCOM informa que a Mazars Auditores, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2019. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

11. Agradecimentos

A Administração renova os agradecimentos aos nossos Clientes, pela confiança novamente depositada na Companhia, pois é essa parceria que nos motiva a trilhar sempre o caminho da excelência, e aos Integrantes, Parceiros e Fornecedores, pela dedicação e competência, essenciais para o alcance de nossas conquistas e resultados. Nossos agradecimentos também se estendem aos Acionistas, pelo apoio na concretização dos projetos estratégicos da Companhia, e que são fundamentais para o seu fortalecimento.

Quatro Barras, 31 de março de 2021.

A Diretoria,
DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 CONTEXTO OPERACIONAL

A DTCOM - Direct to Company S.A. ("DTCOM" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico.

DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTCOM2GO). A DTCOM também oferece soluções de tecnologia e conectividade (Teleporto) com gravação de vídeos, conteúdo, transmissão via satélite ou internet, TV corporativa, permitindo aos seus clientes compartilhar conteúdo com seus colaboradores e alunos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 5.170 (2019 - R\$ 8.460).

Foram renegociados contratos com fornecedores e realizadas ações de melhoria na gestão e redução de gastos. A administração vem buscando alternativas de financiamentos com a finalidade de alongar o perfil da dívida e assim melhorar a relação entre passivo circulante e ativo circulante.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020, com o objetivo de fortalecer a Companhia e racionalizar a estrutura societária da mesma, deliberou-se a aprovação para realização de aumento de Capital Social dentro do limite do capital autorizado, sendo o aumento de capital no mínimo de R\$11.790.000,00 (onze milhões e setecentos e noventa mil reais) o máximo de 14.934.000,00 (quatorze milhões, novecentos e trinta e quatro mil reais), a ser realizado mediante a emissão de no mínimo 3.000.000 (três milhão) de novas ações e no máximo 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritas ao preço unitário de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos), sendo garantido a todos os acionistas da Companhia o direito de preferência na subscrição das novas ações a serem emitidas, nos termos da legislação aplicável. Em 28 de janeiro de 2021 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para a homologação do aumento de capital. Esta medida, reduziu o endividamento mediante a conversão dos mútuos em ações.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia tem capacidade para contratá-los.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo manifestação em contrário.

A Administração da Companhia autorizou em 30 de março de 2021, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

- (a) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 6);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada.

- (b) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 9).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que leva em conta a estimativa de receita a ser gerado nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis

vi. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, máquinas, equipamentos e edificação. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

Anteriormente, a Companhia optou por adotar o conceito de “deemed cost” constante do Pronunciamento Técnico do CPC nº 27 e ICPC nº 10.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.10 Direito de uso em arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não pode ser determinada imediatamente, geralmente, a taxa média dos empréstimos como taxa de desconto. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a CPC 01.

A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos está registrada como custo de depreciação dos ativos de direito de uso do arrendamento mercantil. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento mercantil são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros. A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses, e/ou de baixo valor.

3.11 Ativo mantido para venda

O Grupo classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que este seja o caso, o ativo mantido ou o grupo de ativos mantidos para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tal ativo. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável. Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



um ano a partir da data da classificação como mantido para venda. O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma provisão para ajuste ao valor recuperável é reconhecida em contrapartida ao resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.14 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme nota 14 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.19 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social

3.20 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



3.21 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.22 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2020	31.12.2019
Total de Empréstimos (nota 10)	2.888	2.844
Menos: Caixa e equivalente de caixa Nota 5	<u>(3.554)</u>	<u>(2.521)</u>
Dívida Líquida	<u>(666)</u>	<u>323</u>
Total do Patrimônio Líquido	5.134	4.661
Total do Capital	<u>4.468</u>	<u>4.984</u>
Índice de alavancagem financeira	-15%	6%

4 MUDANÇA EM PRÁTICAS CONTÁBEIS

Alterações em normas que entraram em vigor:

- **Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos** - Alteração na norma IFRS 16 - Arrendamentos, referentes aos benefícios relacionados ao Covid19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão, a qual, foi atualizada. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- **Revisão da NBC TG Estrutura Conceitual** - A revisão desta norma, (Equivalente ao CPC 00), entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020 e dispôs sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro.
- **Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios** - alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio.
- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material** - Essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição.

A Companhia avaliou os efeitos das alterações e não identificou aspectos que impactassem os critérios de reconhecimento das operações ou divulgações.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Recursos em caixa e depósitos bancários	3.444	2.495
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	110	26
	3.554	2.521

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 103% da variação do CDI, e com carência de 30 dias.

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em média, a Companhia pratica prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2020	31.12.2019
Públicos	4.626	4.466
Privados	2.674	1.869
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.397)	(1.450)
	5.903	4.885
Circulante	1.532	514
Não circulante	4.371	4.371
	5.903	4.885

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa (PCLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas e desconsidera o recebível junto ao Estado de Sergipe. Como critério para constituição da PCLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e contabilizou a provisão.

A constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2020	31.12.2019
A Vencer	1.254	210
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	276	286
31 a 60 dias	2	-
61 a 90 dias	-	-
90 a 180 dias	-	18
Mais de 180 dias	5.768	5.821
	7.300	6.335

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Saldo em 31.12.2018	493
Adições	957
Baixas	
Saldo em 31.12.2019	1.450
Adições	
Baixas	(53)
Saldo em 31.12.2020	1.397

Do total de títulos vencidos há mais de 180 dias, R\$ 4.378 refere-se ao precatório a receber do Estado de Sergipe, cujo direito e mérito de recebimento já foi julgado e favorável à Companhia. Devido a expectativa de recebimento ser superior a 12 meses, o montante é apresentado no ativo não circulante.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR (ATIVO) E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (PASSIVO)

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2020	31.12.2019
Ativo - a recuperar:		
Imposto de renda e contribuição social a restituir	772	1.106
ISS a restituir	797	665
Outros	10	20
	1.579	1.791
	31.12.2020	31.12.2019
Passivo - a recolher:		
Tributos federais	3.399	2.894
Tributos estaduais	651	1.003
Tributos municipais	122	277
Parcelamento de tributos federais	6.312	6.361
Parcelamento de tributos estaduais	236	311
Parcelamento de tributos municipais	578	852
	11.298	11.698
Circulante	6.753	7.085
Não circulante	4.545	4.613
	11.298	11.698

- (i) O saldo dos tributos federais consiste em R\$ 1.604 de PIS/COFINS/IRF/CSLL, R\$ 1.795 de IRPJ/CSLL.

O saldo do parcelamento de tributos federais consiste em R\$ 2.478 de parcelamento simplificado PIS/COFINS/IRF/CSLL, R\$ 3.834 de parcelamento simplificado INSS.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOMComunicação
e Educação**8 IMOBILIZADO**

	Vida Útil	2020			2019		
		Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
Terrenos					930		930
Edificações	10a.				1.267	(763)	504
Móveis e utensílios	10a.	1.069	(954)	115	1.069	(910)	159
Equipamentos de som e imagem	10a.	8.705	(8.532)	173	8.700	(8.320)	380
Equipamentos de recepção e transmissão	10a.	11.929	(10.518)	1.411	11.929	(9.856)	2.073
Equipamentos de informática	5a. e 10a.	2.690	(2.537)	153	2.659	(2.474)	185
Outros itens	10a.	439	(389)	50	350	(310)	40
Bens e Direito de uso		2.508	(1.253)	1.255	2.592	(749)	1.843
		27.340	(24.183)	3.157	29.496	(23.382)	6.114

Movimentação do Imobilizado

	2018			2019
Custo	Custo	Adições	Baixas	Custo
Terrenos	930	-	-	930
Edificações	1.267	-	-	1.267
Móveis e utensílios	1.069	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.700	-	-	8.700
Equipamentos de recepção e transmissão	11.928	1	-	11.929
Equipamentos de informática	2.612	47	-	2.659
Outros itens	349	1	-	350
Bens e Direito de Uso	-	2.592	-	2.592
	26.855	2.641	-	29.496
Depreciação	(21.458)	(1.924)	-	(23.382)
Total Imobilizado	5.397	717	-	6.114

	31.12.2019				31.12.2020
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências (i)	Custo
Terrenos	930	-	-	(930)	-
Edificações	1.267	-	-	(1.179)	88
Móveis e utensílios	1.069	-	-	-	1.069
Equipamentos de som e imagem	8.700	5	-	-	8.705
Equipamentos de recepção e transmissão	11.929	-	-	-	11.929
Equipamentos de informática	2.659	31	-	-	2.690
Outros itens	350	2	-	-	352
Bens e Direito de uso	2.592	1	(85)	-	2.508
	29.496	39	(85)	(2.109)	27.341
Depreciação	(23.382)	(1.561)		759	(24.184)
Total Imobilizado	6.114	(1.522)	(85)	(1.350)	3.157

(i) Transferência para ativo mantido para venda (Nota 27).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Imobilizado totalmente depreciado em operação

Custo / Reavaliação / Ajustes de Avaliação Patrimonial	31.12.2020	31.12.2019
Edificações	1.267	55
Móveis e utensílios	813	644
Equipamentos de som e imagem	8.051	6.471
Equipamentos de recepção e transmissão	7.627	4.607
Equipamentos de informática	2.284	2.148
Outros itens	383	346
	20.425	14.271

Em atendimento ao CPC 27 - Ativo Imobilizado e a ICPC 10, no exercício de 2010 a Companhia contratou uma empresa especializada que realizou um estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas a partir de 01.01.2010, que impactaram positivamente no resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 1.073. Este Laudo foi aprovado na 53ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.03.2011.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia.

9 INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	2020			2019		
		Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido
Software	10a.	3.642	(1.853)	1.789	3.586	(1.472)	2.114
Acervo (i)	5a. e 10a.	12.478	(6.556)	5.922	12.478	(4.758)	7.720
Gastos com desenvolvimento de projetos	10a.	3.372	(1.094)	2.278	1.352	(624)	728
Gastos administrativos e divulgação	10a.	926	(1.101)	(175)	1.325	(1.102)	223
Intangível em andamento		-	-	-	1.642	-	1.642
		20.418	(10.604)	9.814	20.383	(7.956)	12.427

- (i) O acervo é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização

Produção

Na produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



- (ii) O intangível em andamento é composto, substancialmente, pela plataforma Wayco. Trata-se de um software desenvolvido internamente pela Companhia, e, que passou a operar no exercício de 2020.

(a) Movimentação do Intangível

	2018				2019
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Software	1.737	-	-	1.599	3.336
Acervo Técnico	9.863	265	-	2.600	12.728
Gastos com desenvolvimento de projetos	1.949	-	-	728	2.677
Intangível em andamento	6.479	90	-	(4.927)	1.642
	20.028	355	-	-	20.383
Amortização	(6.896)	(1.060)	-	-	(7.956)
Total Intangível	13.132	(705)	-	-	12.427

	31.12.2019				31.12.2020
Custo	Custo	Adições	Baixas	Transfêrencias	Custo
Software	3.336	306	-	-	3.642
Acervo Técnico	12.728	-	250	-	12.478
Gastos com desenvolvimento de projetos	2.677	378	399	1.642	4.298
Intangível em andamento	1.642	-	-	(1.642)	-
	20.383	684	649	-	20.418
Depreciação	(7.956)	(2.648)	-	-	(10.604)
Total Intangível	12.427	(1.964)	649	-	9.814

Da mesma forma que a Companhia reavaliou seus ativos tangíveis, foi realizada a reavaliação de seus bens intangíveis que foram aprovados da mesma forma descrita na nota 8. Os softwares referem-se a licenças adquiridas para utilização no parque tecnológico e setor administrativo.

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos intangíveis, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31 de dezembro de 2020, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo intangível da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2020		31.12.2019	
			Não		Não	
			Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<u>Empréstimos</u>						
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	05/05/2021	679		1.577	526
BRDE - SC - Financiamento 2.35566.01.0 - KOL	TJLP + 0,54% a.m	01/01/2023	282	238	246	369
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	253	1.436		
<u>Outros Empréstimos e Financiamentos</u>						
TV O Estado de Florianópolis		25/09/2020			126	
			1.214	1.674	1.949	895

Devido as medidas de controle de caixa e custos, a administração da Companhia em 2020, conseguiu reduzir sua dívida bancária, cujo saldo totalizava R\$ 2.888 em 31 de dezembro 2020 (2.844 em 31 de dezembro de 2019).

(a) Cronograma de Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a amortização principal dos empréstimos com instituições financeiras apresentava os seguintes vencimentos:

<u>Vencimentos</u>	<u>Valores</u>
2021	1.214
2022	516
2023	287
2024 em diante	870
	2.888

Os financiamentos foram contratados às taxas praticadas para o respectivo setor, tendo como garantias hipoteca de imóvel e aval dos membros do conselho de administração.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11 FORNECEDORES**

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 2.182 (R\$ 2.829 e 31 de dezembro de 2019).

12 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Dtcom é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período de tempo. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 1.277.

13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, os quais são imprescritíveis, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, observada a Deliberação CVM nº. 371, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, conforme preconizado na referida instrução. Este crédito tributário potencial, conservadoramente não reconhecido, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é assim resumido:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	31.12.2020		Total	31.12.2019		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		53.661			50.589	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	53.661			50.589		
Base de cálculo	53.661	53.661		50.589	50.589	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	13.415	4.829	18.245	12.647	4.553	17.200
(-) Crédito tributário registrado	(10)	(4)	(14)	(13)	(5)	(18)
Crédito tributário potencial não registrado	13.405	4.825	18.231	12.634	4.548	17.182

14 PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 55.246 mil (R\$ 55.090 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018), divididos em 7.338.756 (sete milhões, trezentos e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

(b) Reserva de Capital

O saldo de reserva de capital foi constituído no passado e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações.

(c) Reserva de reavaliação

Constituídos em decorrência da reavaliação de bens do ativo imobilizado, e com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

(d) Adiantamento para futuro aumento de capital

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), constituído em dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, destina-se à redução do endividamento da Companhia à curto prazo. Obrigando-se o acionista, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever o AFAC, a ser realizado mediante subscrição pública ou privada de 3.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, e utilizar o AFAC na integralização das ações.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(e) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	233	(10.863)
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)	7.789	7.789
Lucro (Prejuízo) por ação no final do período	0,0299	(1,3947)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro (Prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias - Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	220	(10.235)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	7.339	7.339
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	29,91	(1.394,54)
Lucro (Prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais - Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	13	(628)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais	450	450
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	29,96	(1.396,62)

O lucro líquido foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



15 RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Receitas</u>		
. Transmissão de sinal via satélite	-	143
. Prestação de serviços	18.647	15.397
. Outras receitas	-	-
Total das Receitas Operacionais	18.647	15.540
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(468)	(1.754)
. Receita a Realizar diferida	(1.601)	(2.158)
Total das deduções	(2.069)	(3.912)
Total das Receitas Operacionais, líquidas	16.578	11.628

16 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(2.492)	(4.416)
. Produção de conteúdo/gravação	(4.950)	(3.823)
. Depreciações e amortizações	(3.591)	(2.186)
. Serviços de terceiros	(446)	(391)
. Serviços de terceiros com transmissão	(7)	(313)
. Energia Elétrica	(95)	(131)
. Outros custos	(14)	(10)
Total dos custos dos serviços prestados	(11.595)	(11.270)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOMComunicação
e Educação**17 DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(1.230)	(1.638)
. Depreciações e amortizações	(603)	(738)
. Serviços de assessoria e consultoria	(359)	(496)
. Serviços de terceiros	(321)	(484)
. Despesas gerais	(29)	(430)
. Honorários da Administração	(896)	(357)
. Impostos e taxas administrativas	(134)	(243)
<u>Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>	<u>(3.572)</u>	<u>(4.386)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
. Provisão para crédito de liquidação duvidosa	50	(962)
. Pessoal	(886)	(569)
. Serviços de assessoria e consultoria	(273)	(423)
. Serviços de terceiros	(69)	(142)
. Outras despesas	(19)	(33)
<u>Total das despesas comerciais</u>	<u>(1.197)</u>	<u>(2.129)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
. Perna no recebimento de partes relacionadas	(611)	(1.492)
. Outras receitas despesas	(395)	(162)
<u>Total das outras receitas operacionais</u>	<u>(1.006)</u>	<u>(1.654)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



18 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31.12.2020	31.12.2019
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos	(247)	(1.267)
Juros pagos ou incorridos	(205)	(1.269)
Multa dedutível	(456)	(792)
Outros	(52)	(67)
	<u>(960)</u>	<u>(3.395)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Variações monetárias ativas	13	15
Outros	(40)	328
	<u>(27)</u>	<u>343</u>
Resultado Financeiro	<u>(933)</u>	<u>(3.738)</u>

19 RECONCILIAÇÃO DO CÁLCULO DO IR/CS À ALÍQUOTA EFETIVA

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	IRPJ		CSLL	
	2020	2019	2020	2019
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da Contribuição Social	233	(10.863)	233	(10.863)
Total da Adições	543	1.705	543	1.705
Total das Exclusões	<u>(3.848)</u>	-	<u>(3.848)</u>	-
Lucro real ou Prejuízo fiscal apurado	(3.072)	(9.158)	(3.072)	(9.158)
(=) Total compensado, limitado a 30%	-	-	-	-
Lucro real ou Prejuízo Fiscal, após compensação	<u>(3.072)</u>	<u>(9.158)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(9.158)</u>
Total Devido	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 estão identificados a seguir:

Descrição	2020				2019			
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Registrado pelo valor justo por meio de resultado	Saldo Contábil	Valor Justo	Ativos financeiros ao custo amortizado	Registrado pelo valor justo por meio de resultado	Saldo Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)	3.554		3.554	3.554	2.521		2.521	2.521
Contas a receber de clientes (Nota 6)	1.532		1.532	1.532	514		514	514
Fornecedores (Nota 11)	(2.182)		(2.182)	(2.182)	(2.829)		(2.829)	(2.829)
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(2.888)		(2.888)	(2.888)	(2.844)		(2.844)	(2.844)
Arrendamento Mercantil Nota 26)	(1.347)		(1.347)	(1.347)	(1.420)		(1.420)	(1.420)

(1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do período está demonstrada na nota 5.

(2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do período está demonstrada na nota 9.

(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Derivativos

Durante este exercício a Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em "informações relevantes de mercado". As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Hierarquia do valor justo

Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia.

(c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



ii. Risco de Liquidez

A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de dezembro de 2020 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes.

OPERAÇÃO	TAXA MÉDIA DE JUROS	RISCO	ATIVO (PASSIVO) POSIÇÃO EM 31.12.2020	CENÁRIO PROVÁVEL	RISCO DE REDUÇÃO		RISCO DE AUMENTO	
					CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO
CDI				2,38%	2,00%	1,00%	2,98%	3,50%
Aplicação Financeira	103% da CDI	Flutuação do CDI	110	3	2	1	3	4
Empréstimos								
Banco ABC Brasil S.A. Nº 3748115	CDI + 7,44% a.a	Flutuação do CDI	679	16	14	7	20	24
TJLP				4,55%	4,00%	3,00%	5,69%	6,00%
Empréstimos								
BRDE - SC	TJLP + 0,54% a.m	Flutuação do TJLP	520	24	21	16	30	31
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	Flutuação do TJLP	1.689	77	68	51	96	101

21 COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2020	31.12.2019
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	6.070	6.070
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui alguns processos nas áreas trabalhistas e previdenciárias, responsabilidade civil. Os processos apresentados neste item foram selecionados considerando, principalmente, sua capacidade de representar impacto significativo no patrimônio da Companhia, na capacidade financeira ou nos negócios.

Para identificar o grau deste impacto, a Companhia possui três categorias de risco de perda: Perda provável (que requerem provisionamento de recursos); Perda possível (que não requerem provisionamento de recursos); Perda remota (que não requerem provisionamento de recursos), esta avaliação de risco é realizada por advogados externos.

Os valores provisionados são suficientes para cobertura dos riscos apontados, sendo os mesmos atualizados com base nos relatórios apresentados pelos consultores jurídicos em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro 2019, estão identificados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Ações Trabalhistas	70	76
	70	76

O cálculo dos valores a serem provisionados reflete a melhor expectativa de perda de ações judiciais e administrativas, repassado conjuntamente com os advogados externos, responsáveis pela condução dos processos. Somente encontram-se provisionadas valores relativos aos processos cujo prognóstico apurado com os advogados externos é provável.

Não há outros processos em curso no âmbito judicial com probabilidade de perda possível.

23 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS EMPREGADOS

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2020 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 2.000 milhões para o exercício de 2020.

Os membros do Conselho de Administração no ano de 2020 não foram remunerados de qualquer natureza.

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A remuneração dos diretores estatutários no ano de 2020 foi R\$ 896 (357 em 2019).

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

(a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

24 SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas e Teleporto.

Segmento	2019						
	Receita Bruta	%	Impostos	Custos	%	Margem de	%
Fábrica Acadêmico	9.240	69%	-1.286	-3.464	59%	5.776	76%
Fábrica Corporativo	704	5%	-176	-267	5%	437	6%
Acervo/Sistemas	1.660	12%	-94	-538	9%	1.122	15%
Teleporto	1.788	13%	-209	-1.556	27%	232	3%
	13.393	100%	-1.765	-5.825	100%	7.568	100%

Segmento	2020						
	Receita Bruta	%	Impostos	Custos Variáveis	%	Margem de Contribuição	%
Fábrica Acadêmico	12.585	74%	-164	-4.378	70%	8.207	76%
Fábrica Corporativo	1.343	8%	-55	-490	8%	853	8%
Acervo/Sistemas	1.289	8%	-87	-236	4%	1.053	10%
Teleporto	1.829	11%	-162	-1.119	18%	710	7%
	17.046	100%	-468	-6.223	100%	10.823	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



25 OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - IFRS16 / CPC 06

Os valores de arrendamento estão registrados na conta de direito de uso, na rubrica de ativo imobilizado, e sua depreciação está ocorrendo no prazo de vigência contratual. Para determinar o prazo de arrendamento foi considerado o prazo contratual.

A movimentação do passivo de arrendamento por direito de uso está demonstrada a seguir:

Movimentação do passivo	Total
Em 31 de dezembro de 2019	1.944
Operações canceladas	(87)
Juros incorridos	(47)
Pagamentos	(463)
Em 31 de dezembro de 2020	1.347
Totais do passivo	
Circulante	458
Não circulante	889

Contas contábeis	Em milhares de R\$
Bens de direito de uso - Ativo imobilizado	2.508
Depreciação Acumulada - Ativo imobilizado	(1.253)
Arrendamento - Passivo não circulante	(1.347)

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais. Os pagamentos futuros foram trazidos a valores presente por uma taxa média ponderada de 0,52% ao ano, onde o contrato se encerra no ano de 2023.

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo de arrendamento possui o seguinte cronograma de desembolso (valores por ano, não descontados a valor presente):

ANO	VALOR ANUAL
2021	440
2022	440
2023	367
TOTAL	1.247

26 PANDEMIA DE CORONAVÍRUS (COVID-19)

A administração da Companhia acompanha com atenção a evolução da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), bem como seus reflexos na economia global e no mercado brasileiro.

Foram adotadas as medidas recomendadas pelas autoridades competentes para proteger a saúde de seus colaboradores e buscar impedir qualquer interrupção em suas atividades operacionais. A administração segue com foco na segurança das pessoas, continuidade de nossas operações e monitoramento da liquidez.

Notas Explicativas
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



A Companhia avaliou seus principais contratos junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de *impairment* sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2020 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

A retomada dos diversos setores e a volta gradual e segura das atividades presenciais nas instituições de ensino desenham um novo normal para a vida dos brasileiros. Um esforço em conjuntos se faz necessário para que as adaptações sejam feitas e o futuro continue sendo construído a partir de agora. Sem dúvida, a educação faz parte dessa construção.

Com a pandemia da Covid-19, do dia para a noite, milhões de estudantes e centenas de milhares de professores tiveram que se adaptar às aulas remotas. Diante do atual cenário, percebe-se que a educação a distância tem sido a principal alternativa para manter os estudos mesmo na quarentena.

Sem aulas presenciais, as instituições de ensino precisaram adotar a educação a distância (EAD) como meio para dar continuidade às aulas, seja nas escolas de ensino básico, fundamental e médio, escolas de ensino superior, como faculdades.

Podemos dizer que esta é uma boa opção frente ao cenário de pandemia que estamos vivendo no momento, onde não sabemos quando as coisas vão voltar ao normal. Porém, nem todos os estudantes do país possuem acesso a computadores e internet de qualidade.

De acordo com o Censo da Educação Superior, feito pelo Inep, pela primeira vez na história, o número de vagas ofertadas para os cursos universitários a distância foi maior do que as vagas ofertadas nos cursos presenciais - 7,1 milhões contra 6,3 milhões.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los. Também temos o aval dos acionistas para captar novos recursos caso necessário.

A Dtcom continua acreditando no mercado, que combina resiliência, oportunidades de crescimento e tem se mostrado um dos setores defensivos no ambiente da pandemia da Covid-19. Reforçamos nosso foco nos colaboradores, clientes, responsabilidade social e agilidade em um cenário de pandemia, e estamos cada vez mais confiantes que a Companhia está no caminho certo para antecipar tendências e fortalecer sua posição no setor. Reforçamos o monitoramento das necessidades de caixa com o objetivo de preservar a liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



27 ATIVO DISPONÍVEL PARA VENDA

O Conselho de Administração da Companhia reuniu-se em 30 de outubro de 2020 para celebrar a 80ª Reunião do Conselho de Administração, cuja pauta foi aprovar a venda do imóvel situado à Avenida Dom Pedro II, 1720 na Cidade de Quatro Barras - Paraná, perfazendo uma área de 15.000 mil metros quadrados, objeto da matrícula 04.414, expedida pelo Registros de Imóveis - Comarca Campina Grande do Sul - Paraná. A avaliação do imóvel foi realizada por empresa especializada e terceirizada, e, indicou valor superior ao contábil, incluindo a dedução das despesas de venda. Existe uma negociação em curso e a intenção da administração é concluir a operação de venda à parte interessada até o fim do segundo trimestre de 2021.

28 EVENTO SUBSEQUENTE

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de janeiro de 2021, entre outros assuntos, foi deliberado alterar a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social no valor de R\$ 13.132.959,60 (treze milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25/03/2020. Em consequência, o capital social integralizado da Companhia ficará alterado para R\$ 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais.

* * *



De acordo com o artigo 20 da seção 1, capítulo 3 da Instrução Normativa nº 480 da Comissão de Valores Mobiliários, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, portanto a Companhia se reserva no direito de não divulgar projeções ou estimativas.



De acordo com o Inciso IV do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 que trata de "Orçamento de Capital", a Companhia não prepara o referido orçamento.



Todas as informações que a Companhia considera relevantes foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
DTCOM - Direct to Company S.A.
Quatro Barras - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da DTCOM - Direct to Company S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DTCOM - Direct to Company S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem reconhecido o montante de R\$ 797.000 na rubrica do ativo ISS a restituir. Este montante é proveniente de pagamentos de ISS realizados ao município de domicílio fiscal da Companhia, em razão da emissão de notas fiscais por serviços prestados a um cliente localizado em outro município. O referido cliente, ao realizar os pagamentos à Companhia pela prestação de serviços, efetuou retenção de valores alegando que o recolhimento do ISS deveria ser realizado no município onde o serviço foi prestado. A administração entende que sofreu bitributação deste imposto, e, por meio de seus assessores jurídicos, e, amparada em jurisprudência sobre o tema, está pleiteando administrativamente a restituição desse valor junto à autoridade tributária municipal onde está seu domicílio fiscal, por julgar que a obrigação de recolhimento do imposto foi cumprida no município onde o serviço foi prestado. A autorização de restituição está sujeita à análise da autoridade tributária municipal e está condicionada à interpretação da legislação sobre a localidade fiscal onde o tributo deveria ser recolhido, se no local de prestação de serviços ou no local do estabelecimento do prestador. Pelo fato de a restituição deste valor estar condicionada a eventos futuros, que não dependem exclusivamente de ações da Companhia, uma provisão deve ser reconhecida no montante do referido crédito fiscal. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R\$ 526.020, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Reconhecimento de receita

A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas, incluindo a análise de contratos, documentos fiscais e comprovantes de liquidação financeira; (iii) confirmação externa dos saldos de contas a receber junto aos clientes da Companhia; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (v) confirmação se os valores

correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (vi) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nº 3.21 e 15.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações estão adequados.

(b) Acervo técnico

De acordo com a nota explicativa nº 9, a Companhia possui registrado R\$ 5.922.000, a título de acervo técnico, decorrentes da capitalização de gastos com desenvolvimento de conteúdo e cursos, os quais foram reconhecidos em exercícios anteriores e são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, entre as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i. Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico;
- ii. Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento às políticas contábeis, aprovações e aos controles internos quando existentes implementados; e
- iii. Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos que os saldos contábeis do acervo técnico e divulgações realizados são aceitáveis.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidentes de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüente mente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2020.

Mazars Auditores Independentes Éverton Araken Paetzold
CRC 2SP023701/O-8 PR Contador CRC PR 047959/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração da Dtcom Direct to Company S/A., em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho de Administração opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Quatro Barras, 31 de março de 2021.

Leonardo Petrelli Neto
Presidente

Membros:

João Elísio Ferraz de Campos

Mônica Molina Faletti

Norton Paim Moreira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da DTCom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2020.

Quatro Barras, 31 de março de 2021.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da DTCOM Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de Dezembro de 2009:

Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício 2020, contidas nesse relatório.

Quatro Barras, 31 de março de 2021.